

TRABALHADORES E TENSÕES POLÍTICAS NA FORMAÇÃO DO PERONISMO: A QUESTÃO DO PARTIDO LABORISTA*

José Luis Bendicho Beired**

O Partido Laborista foi um dos fenômenos políticos mais significativos da década de 1940 na Argentina: por sua magnitude, envolvendo parcelas majoritárias do movimento operário, por suas peculiaridades ideológico-organizativas e por sua inserção no processo político que deu vida ao peronismo.

Fundado por líderes sindicais, o partido canalizou a mobilização dos trabalhadores em prol da candidatura presidencial de Juan Domingo Perón, em 1946. Basta dizer que ele contribuiu com aproximadamente 70% dos votos dados a Perón, coligado a duas outras forças partidárias: a União Cívica Radical-Junta Renovadora e o Partido Independente. Poucos meses depois do pleito, o partido dissolveu-se, fundindo-se às outras forças da coalizão num novo partido denominado Partido Único da Revolução Nacional.

O objetivo deste artigo é avaliar o significado e o papel do Partido Laborista naquele contexto, assim como analisar as circunstâncias da sua dissolução e da formação do Partido Único da Revolução Nacional. Nesse sentido, pretendo avançar determinadas questões trabalhadas pela historiografia do peronismo e do movimento operário argentino e, ao mesmo tempo, superar a memória histórica construída a respeito pelo próprio peronismo.

A organização do partido

O Partido Laborista (P.L.) surge no bojo da crise do regime militar que foi instaurado pela auto-denominada Revolução de 04 de junho de 1943. Realizada por setores do exército favoráveis à manutenção da neutralidade diplomática argentina com relação à Segunda Guerra Mundial, teve na figura de Perón um dos seus principais mentores e protagonistas. Com a vitória do movimento militar, Perón obteve expressivos cargos no governo

* Este artigo é uma síntese de parte de minha pesquisa de mestrado, "Uma Nova Consciência em Marcha: O Partido Laborista e as Origens do Peronismo (1930-1946)", apresentada à F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo.

** Departamento de História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

—Ministro de Guerra, Vice-Presidente e Secretário de Trabalho e Previdência— que o transformaram na figura mais importante do regime.

Com uma perspectiva nacionalista e industrializante, o regime intensificou os mecanismos de regulação das relações entre capital e trabalho. A maior parcela do movimento sindical encarou positivamente as posturas governamentais face às questões trabalhistas, entendendo que antigas demandas das centrais sindicais estavam sendo implementadas. Criada em novembro de 1943, a Secretaria de Trabalho e Previdência (STP) foi o principal instrumento estatal de intervenção nas relações entre capital e trabalho. Desde a STP Perón foi estabelecendo uma nova relação entre o Estado e os sindicatos. Nos conflitos entre capital e trabalho, a STP passou a atuar de forma extremamente favorável às demandas dos sindicatos de trabalhadores e os seus dirigentes passaram a ser convidados para a formulação de leis a serem incorporadas à legislação trabalhista. Porém, os sindicatos contrários ao regime foram hostilizados pelo governo: militantes comunistas e alguns socialistas foram perseguidos, e Perón estimulou a criação de sindicatos paralelos para esvaziar os sindicatos opositores.

As medidas do regime militar —por exemplo, aliança com o movimento sindical, proibição do funcionamento dos partidos políticos, censura aos meios de comunicação, prisões políticas e neutralidade frente à guerra, com posições simpáticas ao eixo— aglutinaram diversas forças políticas para a sua derrubada, gerando uma crise política que desembocou na queda e prisão de Perón, em outubro de 1945. Poucos dias depois, ele retornava vitoriosamente à vida pública, graças à mobilização dos trabalhadores que, através de inúmeras organizações sindicais, produziu a gigantesca concentração de massas conhecida como "17 de outubro".

Diante da crise política, o regime militar convocou eleições gerais para fevereiro do ano seguinte e o movimento sindical pró-Perón organizou-se politicamente para apoiá-lo eleitoralmente. No dia 24 de outubro era fundado o Partido Laborista, com o respaldo da poderosa Confederação Geral dos Trabalhadores e dos mais importantes sindicatos do país. O P.L. participou das eleições aliado à União Cívica Radical-Junta Renovadora, dissidência da União Cívica Radical, e ao Partido Independente, dirigido por conservadores e nacionalistas. Essa foi uma eleição bipolarizada, com a derrota da coalizão anti-peronista denominada "União Democrática", composta pela União Cívica Radical, Partido Socialista, Partido Comunista e o Partido Democrático Progressista, com o apoio de setores do conservadorismo. Perón obteve 1.478.500 votos contra 1.212.300 da União Democrática. Para a Câmara de Deputados, de 158 lugares, a coalizão peronista obteve 109 cadeiras, sendo que 65 pelo Partido Laborista.

O programa do P.L. tinha uma concepção bastante radical de reformas do capitalismo, na qual o Estado deveria desempenhar um papel crucial na implementação de políticas públicas: nacionalismo econômico, industrialização, democracia política, reforma agrária e direitos sociais e trabalhistas eram alguns dos seus principais aspectos. O Labour Party inglês era elogiado como exemplo. Tributários de uma cultura política que foi se decantando no movimento operário durante a década de 1930 e a primeira metade de 1940, os laboristas entendiam que o P.L. deveria ser governado pelos sindicatos, e não o contrário. Os seus dirigentes eram provenientes principalmente de antigos sindicatos socialistas, e em menor

escala dos sindicatos autônomos, *sindicalistas*¹ e paralelos. Provisório, o Comitê Central contou na presidência com um *ex-sindicalista*, Luis Gay, e na secretaria-geral com um *ex-socialista*, Luis Monzalvo.

Assentado na sua estrutura sindical, o P.L. organizou-se rapidamente por quase todo o país, atingindo tanto as regiões urbanas quanto as rurais. No início de janeiro de 1946 era lançado *El Laborista*, um jornal diário, porta-voz oficial do partido. Voltado para o público de trabalhadores, chegou a ter uma tiragem de 300.000 exemplares nos dias que antecederam as eleições presidenciais. Entendo que a historiografia sobre o P.L. sempre esbarrou numa série de obstáculos decorrentes da não exploração do material constituído pelo jornal *El Laborista*. Em geral, as análises sobre o P.L. apoiaram-se nos testemunhos orais e em alguns poucos documentos oficiais do partido, os quais ofereciam uma perspectiva limitada para a compreensão de muitos problemas. Em contrapartida, através da investigação de *El Laborista*, além de outros jornais da época, pode-se melhor apreender certos aspectos constitutivos do P.L. e das tensões políticas que cercaram os momentos iniciais do peronismo.

O discurso político laborista

Estampando diariamente em seu jornal a simbólica frase "Uma Nova Consciência em Marcha", o laborismo apresentava-se à opinião pública como anti-oligárquico, popular, nacional, democrático e defensor da justiça social.

As eleições eram caracterizadas como um momento de luta entre duas forças: "Por um lado, a oligarquia, maquiada pelo capitalismo, os maus políticos, os pseudo-estudantes, os reacionários, os comerciantes eleitorais, os incapazes, os gestores de grandes negociatas, os opressores das massas operárias e os demagogos universitários que, utilizando a aula sagrada e pura, e esquecendo a sua função de professores, inculcavam as paixões políticas, fomentando a divisão entre irmãos"; já a outra força era popular e nacional: "Quem forma o autêntico povo argentino? Os profissionais que vivem do seu trabalho, ...lavrando a grandeza e felicidade da Pátria e não freqüentando as ante-salas das grandes empresas e os escritórios dos maus políticos, vendendo sua dignidade e sua liberdade..."; e os "operários, espinha dorsal da economia nacional, que também vivem do seu trabalho, até agora muito mal remunerado..."². Para a União Democrática, a coalizão peronista era tida como nazi-fascista. Por sua vez, os laboristas enfatizavam o caráter democrático do seu partido e das suas candidaturas, definindo a chapa opositora como "oligárquico-social-comunista"³.

A construção do "outro" foi essencial no processo de constituição da identidade laborista. A imagem daquele que falava (enunciador) passava pela construção de uma determinada

¹ *Sindicalistas* eram aqueles que pertenciam à corrente *sindicalista-revolucionária*. Esta corrente do movimento operário surgiu na Argentina em 1905 e foi hegemônica na década de 1910.

² EL LABORISTA, 19/01/46, p. 9.

³ Idem, 28/01/46, p. 7.

imagem daquele a quem se falava (destinatário)⁴. Ao delinear uma imagem do "outro", simultaneamente o laborismo desenhava uma imagem de si próprio. Nessa perspectiva, o P.L. considerava-se sujeito de uma missão redentora, destinada a salvar o país da situação imposta pelos inimigos da nação. Num artigo intitulado "Porque sou laborista", publicado em *El Laborista*, afirmava-se que "sou laborista porque frente ao laborismo apenas houve e há fraude, vis manobras; ... ambições inconfessáveis, ódios, imoralidade política, entrega, renúncia, traição, felonias, a serviço da oligarquia capitalista e reacionária"⁵. No dia das eleições, o mesmo jornal proclamava a união de todos os argentinos que "sentiam" profundamente a cidadania contra "os farsantes, os traidores, os políticos mentirosos, os sindicalistas entreguistas, os vende-pátria"⁶.

Constata-se no discurso laborista que o "outro" era permanentemente definido a partir de categorias morais que assinalavam apenas sua imoralidade e egoísmo, de modo que ele era apresentado como anti-patriótico e despido de qualquer legitimidade política. O discurso laborista estava impregnado de um caráter fundacional, cujo marco histórico principal era a revolução de 1943. Para os laboristas, 1943 fundava uma nova fase da história argentina, que enterrava um passado definido apenas como negatividade; 1943 inaugurava uma revolução nacional e popular, que tinha nos trabalhadores, no P.L., em Perón e nos militares os seus principais protagonistas.

Para os laboristas, o conflito entre povo e oligarquia assumia os contornos de uma luta de libertação nacional. Expressão dessa qualidade emprestada ao processo político em curso naquela conjuntura, era a analogia estabelecida entre o mesmo e o movimento de independência de 1810. Comentando um gigantesco comício eleitoral pró-Perón, *El Laborista* declarava que "Era, reeditando a jornada, outro momento histórico como o glorioso Maio de 1810. Um povo em pé, erguido, com a honradez do seu reclamo, confirmava ante a América que havia encontrado novamente a rota que mãos torpes lhe arrebatarem. Que tinha iniciado outra vez, com o orgulho dos fortes e dos nobres, o caminho da redenção sob o símbolo de um nome: Juan D. Perón. (...) Era o povo de Buenos Aires. O povo filho daquele outro que, no glorioso Maio de 1810, reclamou ante o mundo o seu desejo irrenunciável de ser livre"⁷.

Um outro aspecto relevante do discurso laborista era o papel dos militares no processo político. *El Laborista* elogiava constantemente os militares e afirmava que eles eram os artífices da nova fase da história argentina, por encerrarem a "Década Infame". Um artigo intitulado "As Instituições Armadas foram sempre Guardiães da Paz, a Liberdade e a Lei", referindo-se à Revolução de 1943, afirmava que o "fato revolucionário teve como um dos seus propósitos primordiais devolver ao povo suas liberdades e garantias — muito especialmente o direito ao livre sufrágio que lhe tinha sido arrebatado — e não o de subjugar-lo... Além disso, a revolução tinha sido possível pois as "doutrinas forâneas — que podem como em todos os setores sociais ter cultuadores isolados — não encontram ambiente

⁴ Silvia Sigal & E. Verón, PERON O MUERTE. LOS FUNDAMENTOS DISCURSIVOS DEL FENOMENO PERONISTA, B. Aires, Legasa, 1986, p. 20.

⁵ EL LABORISTA, 26/01/46, p. 7.

⁶ Idem, 24/01/46, p. 7.

⁷ Idem, 13/02/46, p. 16.

no Exército, porque atentam contra sua tradição histórica e seus mais caros sentimentos"⁸.

A avaliação do papel dos militares fazia com que os laboristas proclamassem efusivamente a "redentora comunhão" entre povo, governo e exército. A contradição era a marca dessa construção ideológica. A afirmação da vocação democrática dos militares era contraditória com os fatos e com o juízo que historicamente o sindicalismo tivera das forças armadas. Politicamente, os militares —sobretudo do exército— tinham uma concepção anti-liberal, extremamente avessa às eleições e ao pluralismo político. Não por acaso, os partidos foram proibidos e uma ferrenha censura imposta sob o regime militar. Se os militares buscavam apoio entre os trabalhadores organizados e finalmente convocaram eleições para 1946, isso foi conseqüência de fatores que fizeram o regime militar alterar os seus propósitos iniciais - por exemplo, fracasso do projeto de construir uma base de apoio entre setores do radicalismo e das classes dominantes, pressão destes setores contra o regime militar e derrota do eixo na Segunda Guerra Mundial. Por certo, havia um projeto no exército de democratização dos direitos sociais —o que de modo algum era uma vocação— articulado a uma concepção mais ampla de industrialização, de quebra do poder de setores agro-exportadores, de supressão dos conflitos sociais derivados da luta entre capital e trabalho e de transformação da Argentina numa potência militar hegemônica na América do Sul. Além disso, a consideração do exército como reserva moral da sociedade argentina, em contraposição à oligarquia e às doutrinas definidas como "exteriores" era bastante inusitada para um partido de sindicatos constituído por militantes que, no passado, tiveram contato com essas mesmas doutrinas. Havia nisso um traço marcadamente nacionalista e até conservador.

Os laboristas, no fundo, assumiram como própria a auto-imagem que o exército tinha de si mesmo e que correspondia também à perspectiva que as correntes políticas e intelectuais nacionalistas tinham dessa instituição. Nessa medida, a atitude dos laboristas corroborava plenamente a análise de Alain Rouquié segundo a qual as forças armadas argentinas se constituíram um ator legítimo do sistema político, ao serem reconhecidas positivamente pelos outros atores políticos⁹.

Qual era o conceito que esse partido de trabalhadores sindicalizados tinha com relação ao capitalismo e às relações de produção? Os laboristas entendiam que a riqueza era fruto do trabalho. Afirmavam que os trabalhadores poderiam assumir até mesmo o controle das empresas sob circunstâncias adversas. A resposta a um *lock-out* programado pelos empresários contra o pagamento do 13o. salário, instituído em dezembro de 1945, foi a seguinte: "Somos um povo rico não por nossos ricos, mas sim por nosso trabalho e podemos trabalhar já sem a presença física dos capitalistas. Posto que o capital é apenas trabalho acumulado, os trabalhadores estão em condições de assumir o controle de todas as empresas"¹⁰.

Contudo, apesar de insistentemente atacar o capitalismo nacional e internacional, de fato, o P.L. não era contrário aos fundamentos desse modo de produção. Em nenhum momento defendeu um projeto de socialização dos meios de produção e da propriedade e de superação

⁸ Idem, 20/01/46, p. 5.

⁹ Alain Rouquié (comp), ARGENTINA HOY, México, Siglo XXI, 1982, p. 26-27.

¹⁰ EL LABORISTA, 13/01/46, p. 1.

da sociedade de classes, ainda que num futuro distante. No lugar disso, evidenciava-se um projeto de reformas sociais profundas, em que o elemento central era a idéia de **justiça social**.

O dilema laborista

Consolidar-se como organização política autônoma ou fundir-se às outras forças que apoiavam Perón, formando um novo partido: eis as alternativas que demarcaram o dilema laborista após as eleições.

Entre os meses de outubro de 1945 e junho de 1946, a América Latina assistira à surpreendente organização e vitória eleitoral de um partido de massas cuja espinha dorsal era o movimento operário e, em seguida, a sua não menos espetacular dissolução. Como explicar que um partido de dimensões nacionais, com o expressivo apoio eleitoral obtido e composto por experientes líderes dos mais importantes sindicatos do país, pudesse dissolver-se tão rapidamente? Em que medida a consolidação do P.L. foi relevante para os seus dirigentes? Que tensões perpassaram o partido no processo que desembocou na sua dissolução?

De forma geral, as respostas para essas questões não têm sido satisfatórias. As explicações que partem da memória criada pelo próprio peronismo desvalorizam o P.L. enquanto experiência política dos trabalhadores, reproduzindo apenas o ponto de vista do vencedor. Argumenta-se que o partido fora organizado apenas para eleger Perón. Aí acabava a sua função. Nessa linha, em suas memórias, o líder ferroviário Luis Monzalvo considerava que a dissolução do P.L. obedecia a um motivo imperativo: a necessidade de Perón reestruturar o Movimento Peronista Nacional. Ou seja, a história movia-se na direção certa devido à sabedoria do líder.

Nem mesmo aqueles trabalhos preocupados com uma abordagem comprometida como conhecimento histórico têm conseguido elucidar satisfatoriamente o processo de dissolução do P.L.¹¹ Ao analisar a dissolução do P.L. e a formação do Partido Único da Revolução Nacional (PURN), correntemente a bibliografia tem se limitado a argumentar que foram o resultado de uma ordem expressa por Perón e transmitida por cadeia de rádio no dia 23 de maio de 1946. Nessa perspectiva, os laboristas teriam cedido à dissolução por não possuírem um projeto de consolidação partidária e de transformação do P.L. numa força política de vocação hegemônica. Outros fatores, como por exemplo, as pressões das outras forças políticas que apoiavam Perón, não têm sido levadas em consideração. No meu entender, a limitação de tais análises decorre da falta de pesquisas sobre a conjuntura, apoiadas em materiais documentais. A pesquisa de certos jornais permitiu-me verificar que a dissolução do P.L. e a criação do PURN não foram simples resultados de um ato momentaneamente deliberado por Perón. Ao contrário, foram fenômenos complexos, dos quais participaram ativamente os diferentes atores da coalizão peronista, de um modo que esteve longe de ser

¹¹ Hugo del Campo, *SINDICALISMO Y PERONISMO. LOS COMIENZOS DE UN VINCULO PERDURABLE*, B. Aires, CLACSO, 1983; Carlos Fayt, *LA NATURALEZA DEL PERONISMO*, B. Aires, Viracocha, 1967; Miguel Murmis & Juan C. Portantiero, *ESTUDOS SOBRE AS ORIGENS DO PERONISMO*, São Paulo, Brasiliense, 1973; E. Susana Pont, *PARTIDO LABORISTA: ESTADO Y SINDICATOS*, B. Aires, Centro Editor de América Latina, 1984.

consensual. Até mesmo o P.L., que até as eleições de fevereiro aparecia sem fissuras internas, transformou-se a partir de então em palco de acirradas lutas.

Por outro lado, depois das eleições, evidenciaram-se a existência e a implementação de um claro projeto de consolidação do partido. Em boa medida, a legitimidade desse projeto estava assentada no fabuloso caudal eleitoral conseguido pelo laborismo e pelas importantes posições ocupadas no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas provinciais e na direção de várias províncias. Isso e mais o apoio massivo dos sindicatos levavam os laboristas a considerarem o seu partido como aquele dotado de maior envergadura no país, e destinado a ter presença marcante por muito tempo na história política argentina.

Três dias após as eleições, o secretário de organização, Pedro Otero, conclamava todos os presidentes de Centros Laboristas a trabalhar pela consolidação do partido¹². Emissários foram enviados aos distantes territórios do país para coletar informações e criar Centros Laboristas¹³. Uma pesquisa de opinião foi realizada com os leitores de *El Laborista* para detectar os problemas mais urgentes a resolver, de forma a servir de referência aos parlamentares e dirigentes do governo ligados ao laborismo¹⁴. Com relação aos parlamentares laboristas, o partido formulou um conjunto de normas para o exercício dos seus mandatos¹⁵. Eles deveriam proceder de acordo com as orientações partidárias, bem como prestar contas ao partido por suas atuações políticas, sempre que solicitados pelo mesmo. Finalmente, um outro elemento constitutivo de um projeto de consolidação foi a implantação de uma escola de formação política que, na mesma linha das iniciativas anteriores, indicava a preocupação em torno da relação partido-sociedade. O intuito era capacitar intelectual e politicamente os militantes e simpatizantes do laborismo. Assim, os seus quadros poderiam assumir plenamente as responsabilidades das funções governamentais, e o P.L. estaria se qualificando como uma força política dirigente da sociedade civil. No início de maio, a imprensa anunciava a inauguração da *Escola de Capacitação Política* e o início das aulas com um total de 1.000 alunos¹⁶. A rapidez com que o problema da consolidação foi tratado tinha relação direta com as ameaças de certos grupos políticos — de dentro e de fora do P.L. — contrários às propostas de autonomia política do partido.

Ao longo de março e abril, inúmeros artigos de *El Laborista* mencionaram a existência de inimigos do partido, interessados na sua fusão com as outras forças da coalizão peronista. Os radicais-renovadores eram entusiastas ferrenhos da fusão num só partido revolucionário. Foi precisamente o jornalista Eduardo Colóm, eleito deputado federal pela UCR-JR, que usou primeiramente a expressão "peronismo" para designar as forças que apoiavam Perón, entendendo como artificial a denominação de radicais e laboristas para nomear os deputados. "Peronismo" deveria ser o nome desse novo movimento político, cuja identidade era fixada a partir do líder, e no qual as diferenças entre os seus atores constitutivos deveriam ficar apagadas.

¹² EL LABORISTA, 27/02/46, p. 4.

¹³ Idem, 12/03/46, p. 4.

¹⁴ Idem, 09/03/46; 10/03/46; 13/05/46.

¹⁵ Idem, 11/04/46, p. 12.

¹⁶ Idem, 12/03/46, p. 7; 14/03/46, p. 7; 26/03/46, p. 9; 04/04/46, p. 6; LA PRENSA, 04/05/46, p. 9; LA NACION, 04/05/46, p. 4.

Com o decorrer das semanas, os radicais-renovadores foram cerrando ataques cada vez mais fortes contra o Partido Laborista. Inicialmente, o P.L. foi definido como um partido improvisado e sem capacidade para dar sentido ao movimento político que elegera Perón. Em maio, quando os choques com a direção laborista tinham chegado ao ápice, o jornal *Política*, dos radicais-renovadores, afirmava que: "Isto é na realidade o Partido Laborista nas mãos do Comitê Central e os seus sequazes: uma excrescência maligna que saiu de dentro do movimento revolucionário e do *peronismo* e cuja extirpação é um ato de profilaxia operária e cidadã encomendado ao Partido Único da Revolução"¹⁷. Para essa dissidência da União Cívica Radical, o radicalismo-renovador era o verdadeiro representante do espírito do movimento revolucionário que se desenrolava desde 1943, o qual, segundo os renovadores, estava assentado nas tradições que o radicalismo forjara desde o século XIX¹⁸. Os nacionalistas-restauradores¹⁹ também auspiciavam a extinção do P.L. e a criação do PURN. Projetavam um futuro glorioso para este partido; nos anos seguintes não chegariam ao Congresso Nacional outros legisladores que não os do PURN; a partir de então deixaria de haver esquerda, centro e direita; com o desaparecimento das artificiais fronteiras ideológicas haveria um só partido a serviço de um só ideal de nação²⁰.

Para dissolver o P.L. e criar um novo partido —frisemos que só o P.L. resistia à fusão— chegou a ser criado um "Movimento Pró-União do Peronismo", composto por radicais-renovadores, independentes e até laboristas. Foi se desenvolvendo uma divisão cada vez maior nas fileiras laboristas, com relação à dissolução do partido. Ao longo de abril, *El Laborista* foi deixando de representar as posições do Comitê Central; a expressão "Partido Laborista" deixou de ser usada, substituída por "movimento laborista"; ao mesmo tempo, a figura de Perón passou a ser tratada de forma cada vez mais idolatrada. As expressões "peronismo" e "peronista", que até o início de maio não apareciam no jornal, passaram a ser maciçamente empregadas nos editoriais e artigos.

O Comitê Central do partido terminou por criar um outro órgão de imprensa —o jornal *Prensa Laborista*. Encontros foram realizados para discutir a questão da dissolução. Em meados de maio, numa reunião, com a participação de 100 presidentes e 14 delegados de Centros Laboristas da Capital Federal, houve uma votação sobre a unificação partidária, sem caráter deliberativo, cujo resultado foi 1 voto a favor e 123 contrários²¹.

Criou-se um impasse nas fileiras laboristas. A dissidência laborista era forte, mas incapaz de quebrar a resistência do Comitê Central e da maioria dos Centros Laboristas à proposta de dissolução e adesão ao Partido Único da Revolução Nacional. Nesse contexto, Perón jogou um papel decisivo com um contundente pronunciamento, feito por cadeia de rádio, em favor da unificação dos partidos que o tinham apoiado nas eleições: "A Revolução de junho... está atravessando uma zona de paixões desagregadoras, estranhas ao seu próprio conteúdo e destino. (...) Não pensamos nunca que se haveria de chegar a esta etapa de

¹⁷ *POLITICA*, 29/05/46, p. 2.

¹⁸ *Idem*, 27/03/46, p. 1 e 03/04/46, p. 1.

¹⁹ Nacionalismo restaurador define uma ampla corrente política e intelectual de direita, identificada com pensamento católico e o fascismo europeu.

²⁰ *TRIBUNA*, 18/06/46, p. 6.

²¹ *PRENSA LABORISTA*, 16/05/46, p. 6; *LA PRENSA*, 14/05/46, p. 11.

enfrentamento dos homens que sob o verso revolucionário das consignas, agora não sabem dar forma ao verso governativo, cuja essência e profundidade exigem energia para a condução, honradez na conduta, clareza de juízos e compreensão social para a revolução. Ser revolucionários, por uma militância insensata ou por uma vocação interessada, é ser anti-revolucionários dentro do movimento de junho, ação cívico-militar que não pode se deter pela caprichosa sedução dos comandos partidários, nem pela enganosa mecânica eleitoreira dos grupos que giram capitais políticos que não possuem". Designando-se "chefe supremo do movimento", ordenava: a extinção dos poderes de todas as autoridades partidárias que pertencessem ao movimento peronista; a incumbência das autoridades legislativas da Câmara e do Senado federais (respectivas mesas e dirigentes dos blocos peronistas) no sentido de organizar todas as forças peronistas sob o PURN; e o exercício por essas autoridades do comando provisório do PURN²².

Esse pronunciamento era modelar, na forma, de como o discurso político produzido por Perón interpelava os atores políticos. Sua argumentação era perpassada por um juízo moralista e maniqueísta dos atores, os quais eram destituídos de qualquer legitimidade, se contrários aos desígnios da revolução em curso; daí serem interpelados literalmente como contra-revolucionários. As ordens de Perón sobrepunham-se às autoridades partidárias legais e ele o fazia na condição de "chefe supremo do movimento peronista", isto é, de um lugar cuja legitimidade não repousava em um direito legal, mas sim no reconhecimento do seu papel de líder carismático e nos milhões de votos que recebera.

O pronunciamento de Perón fortaleceu o setor que desejava a extinção do P.L., embora não tenha conseguido quebrar todas as resistências. Por exemplo, o P.L. da Província de Buenos Aires posicionou-se favoravelmente à manutenção da autonomia do partido e afirmava reconhecer apenas as autoridades legais laboristas. Numa reunião em fins de maio, o P.L. colocava em pauta a questão da dissolução do partido e da sua fusão no PURN. Divididos, os laboristas tentaram chegar a pontos de consenso. O Comitê Central renunciou e a direção foi entregue a um grupo de parlamentares laboristas, que deveriam decidir sobre o futuro do partido. A vitória dos unionistas estava dada. Apesar de resistências dentro do laborismo, os parlamentares negociaram a união com as autoridades do PURN. Alguns quadros laboristas insistiram, em vão, na manutenção do Partido Laborista. Foram denunciados como sabotadores e traidores da revolução. Após a criação do PURN, *El Laborista* expressava a seguinte opinião: "Não se trata de saber se Perón está ou não está com este ou aquele. Trata-se de que este ou aquele esteja com Perón, que é estar com a Pátria..."²³. Reduzido a uma sigla e a pouquíssimos quadros, em 1948 o P.L. perdia, por determinação da justiça, o direito de continuar funcionando legalmente.

Em 1947 o PURN transformou-se em Partido Peronista —um indício a mais do processo de idolatrização da figura de Perón—, o qual se revelou uma organização marcada pelo verticalismo e pela falta de democracia interna. Basta mencionar que, estatutariamente, as decisões de Perón sobrepunham-se a todas as instâncias partidárias. Com relação aos outros partidos, o peronismo também revelou atitudes anti-democráticas em diversas ocasiões. Exemplo disso foram as mudanças causísticas na distribuição das circunscrições eleitorais

²² EL LABORISTA, 24/05/46, p. 1 e 16.

²³ Idem, 12/07/46, p. 3.

para favorecer o Partido Peronista nas eleições.

Não apenas Perón, mas também as forças que o apoiavam possuíam uma concepção meramente instrumental das instituições, da política e dos mecanismos de representação. Via de regra, a doutrina e a revolução tudo legitimavam, e os fins freqüentemente pouco tinham a ver com meios. A lógica do peronismo não podia suportar a autonomia organizativa no interior do movimento. Embora com alguma resistência, a Confederação Geral dos Trabalhadores ficou subordinada ao Partido Peronista, e este praticamente se transformou numa extensão do Estado.

As contradições do laborismo e as armadilhas do discurso peronista

Apesar de ser o maior e o mais votado partido da coalizão peronista, o P.L. não conseguiu qualificar-se como força hegemônica no interior do novo bloco politicamente dominante. Evidentemente, uma hegemonia de trabalhadores não interessava nem a Perón nem às outras forças políticas da coalizão que o apoiavam. Fizeram tudo que puderam para destruir o Partido Laborista.

Um outro aspecto dessa questão deve ser buscado entre os próprios laboristas. Por que importantes membros do partido, como por exemplo os ex-socialistas Angel Borlenghi e Luis Monzalvo, apoiaram a unificação de forma tão entusiasta, chegando a atacar duramente —como traidores— aqueles que defendiam a autonomia do laborismo? Porque os dirigentes do P.L. não conseguiram consolidá-lo como organização representativa dos trabalhadores, posto que esse projeto era compartilhado pelo Comitê Central e apoiado por significativas parcelas de Centros Laboristas?

Deve-se assinalar que dentro do P.L. havia parlamentares e governadores cuja filiação ideológica e extração social não coincidiam com aquelas dos dirigentes sindicais. Nas regiões do interior da Argentina setores das classes dominantes locais ingressaram no P.L. para se oporem politicamente a facções rivais. Muito mais próximos da UCR-JR e do Partido Independente que dos líderes sindicais, tais setores também encaravam como uma ameaça a consolidação do poder sindical no novo bloco de poder. Uma vez realizadas as eleições, o seu interesse na dissolução do P.L. era, pois, natural.

Mas este aspecto ainda é secundário para explicar a dissolução do Partido Laborista. É preciso entender porque os militantes oriundos de classe operária aderiram à tese do partido único. A análise do discurso político que atravessava a imprensa peronista forneceu-me pistas para esclarecer essa questão.

A partir de 1943, muitos dirigentes sindicais consideravam estar vivendo uma revolução fundadora de uma nova era, que estava colocando em prática uma série de antigas demandas populares e nacionais. Movidos por esse espírito fundacional, os mais diversos atores —Perón, a burocracia militar, nacionalistas, radicais-renovadores e setores do movimento operário— passaram a interpretar o passado imediato apenas como uma realidade entranhada de negatividade e, por isso, incapaz de fornecer qualquer elemento dotado de positividade para a construção do presente e do futuro. O passado era marcado pela imoralidade, maldade, egoísmo, entreguismo, pelo predomínio de ideologias alheias à nacionalidade e pela luta artificial entre partidos que apenas dividiam os argentinos e escondiam os reais problemas nacionais.

Essa construção simbólica marcou profundamente tanto o movimento sindical que apoiou o regime militar quanto o Partido Laborista. Os juízos do partido, com relação aos militares, à Revolução de 1943, à natureza do conflito político, eram idênticos àqueles difundidos por Perón, nacionalistas, radicais-renovadores e militares. Até mesmo o jornal *Prensa Laborista*, criado pelo Comitê Central em maio de 1946, para fazer frente aos que desejavam a dissolução do partido, empregava basicamente a mesma estrutura discursiva do seu antecessor, *El Laborista*, e do resto da imprensa peronista; as diferenças do *Prensa Laborista* ficavam por conta da defesa da autonomia do P.L. e por um tratamento menos idolatrado da figura de Perón.

Em suma, os setores laboristas que defendiam a autonomia do P.L. apresentavam um discurso político praticamente igual ao daqueles que eram favoráveis ao PURN. Isso era, quando menos, um demonstrativo das dificuldades enfrentadas pelos laboristas para a formulação de um projeto político-partidário, capaz de ter autonomia ideológico-simbólica com relação aos outros setores da coalizão.

Os laboristas poderiam ter buscado nas tradições do movimento sindical e das correntes políticas anteriores a 1943 os fundamentos para a formulação de um projeto dotado de autonomia com relação a Perón e ao conjunto das forças que apoiavam o PURN.

Até aquele momento, o movimento sindical argentino fora o mais articulado, massivo e combativo da América Latina, sendo perpassado por inúmeras correntes ideológicas. Tanto o apoio desse movimento sindical ao regime político pós-1943 quanto a formação e as características do P.L. só podem ser explicados através da filiação dos seus atores —essencialmente líderes sindicais— a um conjunto de experiências próprias do sindicalismo pré-peronista. As experiências do movimento operário anteriores a 1943 geraram uma certa cultura política, na qual se encontravam importantes elementos constitutivos da concepção de mundo e da identidade laboristas. Muitas das medidas do regime militar coincidiam com as demandas e os elementos da cultura política desse sindicalismo pré-peronista: política distribucionista, Estado intervencionista e regulador das relações entre capital e trabalho, participação política dos sindicatos, nacionalismo, industrialismo, anti-liberalismo e aversão aos partidos existentes no país.

Na verdade, foi muito difícil para os laboristas fundamentar um projeto de autonomia a partir das tradições e experiências prévias ao peronismo. Pode-se dizer que a experiência do P.L. foi extremamente contraditória. Se de um lado os laboristas eram tributários das suas tradições do período pré-peronista, de outro, esse passado foi por eles permanentemente renegado. Os laboristas assumiram do discurso peronista —produzido por Perón— a idéia do caráter fundacional da Revolução de 1943. Esta inaugurava uma nova era, diante da qual o passado nada tinha a oferecer. Entre aquilo que deveria ser abandonado estavam a experiência do movimento operário, as ideologias e os partidos de esquerda, que dividiam a nação e que nas eleições haviam estado contra a coalizão peronista.

Acrescente-se que o movimento operário socialista e *sindicalista* mantinha, desde a década de 1930, uma relação hostil face aos partidos, dificultando o resgate de elementos ideológicos positivos do seu passado. Os líderes sindicais socialistas —a maioria dos dirigentes laboristas eram ex-socialistas— tradicionalmente eram relegados a segundo plano pelo Partido Socialista; por isso, foram se afastando deste e se tornando mais pragmáticos. Para os *sindicalistas* —que historicamente renegaram a participação em partidos políticos e no Estado— as dificuldades eram ainda maiores, pois, embora interferissem nos assuntos políticos antes de 1943, não possuíam uma tradição político-ideológica da qual pudessem

extrair os fundamentos necessários para formular um projeto político com vistas à atuação partidária e a nível estatal. Vale dizer que, assumindo como próprio o discurso peronista, os laboristas não tiveram de onde extrair os elementos a partir dos quais pudessem construir um projeto político dotado de autonomia simbólica com relação a Perón e às outras forças que o apoiavam.

Um outro limite para a atuação autônoma e sobrevivência do P.L. foi gerado exatamente pela forma como a coalizão peronista —incluídos todos os dirigentes laboristas— interpretou o conflito político posterior a 1943. Toda a simbologia política do regime militar estava assentada na realização de um projeto que se considerava revolucionário. E Perón, a partir de 1944, teve um papel essencial como produtor e difusor de um certo discurso político²⁴ para a configuração dessa nova ordem simbólica.

Essa leitura dos acontecimentos implicou o recorte da sociedade em dois grandes campos antagônicos: o da revolução e o da contra-revolução. A revolução cumpria um destino inexorável de redenção social e de libertação nacional, que não podia admitir resistências. Quem representasse um obstáculo à marcha revolucionária era automaticamente interpelado através do já visto conjunto de categorias morais que despojavam o adversário de qualquer legitimidade. Ou se estava com o povo ou com a oligarquia; com a nação ou a anti-nação. Realizava-se, assim, um esvaziamento do campo político que, no limite, implicava o próprio aniquilamento do "outro".

Os dirigentes sindicais que apoiavam a formação do laborismo tiveram importante participação na difusão do dispositivo discursivo peronista. Porém, estavam longe de supor que o mecanismo desse discurso pudesse voltar-se contra eles mesmos. Foi exatamente o que aconteceu quando um setor do laborismo defendeu a autonomia do Partido Laborista. Justamente aquela estrutura interpelativa empregada pelos laboristas para atacar a União Democrática foi utilizada pelo resto da coalizão peronista, e pelo próprio Perón, para destruir as possibilidades de existência do Partido Laborista. Até mesmo os laboristas dissidentes, que defendiam a criação do PURN, utilizaram-se dessa forma interpelativa para se referirem ao Comitê Central e aos quadros que defendiam a autonomia do partido. Assim, estes passaram a ser qualificados como traidores, vis, egoístas, em suma, portadores de interesses inconfessáveis. Estava-se com Perón ou ao lado da contra-revolução.

²⁴ Considero que o discurso político produzido e difundido por Perón não estava separado das formulações ideológicas e simbólicas das correntes políticas argentinas precedentes. O papel das correntes nacionalistas e católicas foi muito importante para a configuração do discurso peronista.

Fontes primárias

EL LABORISTA, 1946.
LA NACION, 1945-1946.
POLITICA, 1946.
LA PRENSA, 1946.
PRENSA LABORISTA, 1946.
TRIBUNA, 1946.

Referências bibliográficas

- Baily, S.L.
1986 MOVIMIENTO OBRERO, NACIONALISMO Y POLITICA EN LA ARGENTINA, B. Aires, Hyspamérica.
- Bendicho Beired, J.L.
1984 MOVIMENTO OPERÁRIO ARGENTINO. DAS ORIGENS AO PERONISMO (1890-1946). São Paulo, Brasiliense.
- Buchrucker, C.
1987 NACIONALISMO Y PERONISMO. LA ARGENTINA EN LA CRISIS IDEOLOGICA MUNDIAL (1927-1955), B. Aires, Sudamericana.
- Campo, H. del
1983 SINDICALISMO Y PERONISMO. LOS COMIENZOS DE UN VINCULO PERDURABLE. B. Aires, CLACSO, 1983.
- Cheresky, I.
1981 "Sindicatos y Fuerzas Políticas en la Argentina Pré-Peronista. (1930-1943)", in BOLETIN DE ESTUDIOS LATINO-AMERICANOS Y DEL CARIBE 31, Amsterdán, Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDLA), diciembre.
- Ciria, A.
1983 POLITICA Y CULTURA POPULAR: LA ARGENTINA PERONISTA (1946-1955), B. Aires, Ediciones de la Flor.
- Colom, E.
s/data 17 DE OCTUBRE. LA REVOLUCION DE LOS DESCAMISADOS. B. Aires, La Epoca.
- Fayt, C.
1967. LA NATURALEZA DEL PERONISMO, B. Aires, Viracocha.
- Gaudio, R. &
J. Pilone
1984 "Estado y Relaciones Laborales en el Periodo Previo al surgimiento del Peronismo, 1935-1943", in DESARROLLO ECONOMICO, 94(24), julio/septiembre.

- Gay, L. PROGRAMA DE HISTORIA ORAL, B. Aires, Instituto Torcuato Di Tella.
- Halperin Donghi, T. ARGENTINA. LA DEMOCRACIA DE MASAS, B. Aires, Paidós.
1987
- Horowitz, J. "Ideologías Sindicales y Políticas Estatales en la Argentina, 1930-1943", in DESARROLLO ECONOMICO, 94(24): julio/septiembre.
1984
- Ipola, E. de IDEOLOGIA Y DISCURSO POPULISTA, B. Aires, Folios.
1983.
- Laclau, E. POLÍTICA E IDEOLOGIA NA TEORIA MARXISTA, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1978
- Luna, F. PERON Y SU TIEMPO. I: LA ARGENTINA ERA UNA FIESTA. 1946-1949, B. Aires, Sudamericana.
1986
-
- Matsushita, H. MOVIMIENTO OBRERO ARGENTINO. 1930-1945, B. Aires, Hyspamérica.
1986
- Mora y Araujo, M. & I. Llorente (comp.) EL VOTO PERONISTA. ENSAYOS DE SOCIOLOGIA ELECTORAL ARGENTINA, B. Aires, Sudamericana.
1980
- Murmis, M. & J.C. Portantiero ESTUDOS SOBRE AS ORIGENS DO PERONISMO, São Paulo, Brasiliense.
1973
- Oddone, J. GREMIALISMO PROLETARIO ARGENTINO, B. Aires, La Vanguardia.
1949
- Perón, J.D. CONDUCCION POLITICA, B. Aires, Freeland.
1947a
-
- 1947b DOCTRINA PERONISTA, B. Aires, s/ed.
- Pont, E.S. PARTIDO LABORISTA: ESTADO Y SINDICATOS, B. Aires, Centro Editor de América Latina.
1984
- Ramos, J.A. LA ERA DEL BONAPARTISMO. 1943-1973, B. Aires, Plus Ultra.
1973
- Reyes C. ¿QUÉ ES EL LABORISMO?, B. Aires, Ediciones R.A.
1946
-

- Reyes, C.
1987 LA FARSA DEL PERONISMO, B. Aires, Sudamericana/Planeta.
- Romero, L.A.
1984 SECTORES POPULARES, PARTICIPACION Y DEMOCRACIA. EL CASO DE BUENOS AIRES, B. Aires, CISEA.
- Rouquié, A. (comp.)
1982 ARGENTINA HOY, México, Siglo XXI.
- Sigal, S. &
E. Verón
1986 PERON O MUERTE. LOS FUNDAMENTOS DISCURSIVOS DEL FENOMENO PERONISTA, B. Aires, Legasa.
- Thompson, E.P.
1979 TRADICION, REVUELTA Y CONCIENCIA DE CLASE, Barcelona, Crítica.
- Torre, J.C.
1976 "Sobre as Origens do Peronismo. A CGT e o 17 de Outubro de 1945 ", in ESTUDOS CEBRAP 15.